

PROCESSO - A. I. Nº 0938331051/08
RECORRENTE - GILVAN MÁRMORES E GRANITOS LTDA. (GILVAN MÁRMORES)
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão JJF 3ª nº 0270-03/08
ORIGEM - IFMT – DAT/METRO
INTERNET - 16/06/2009

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0135-11/09

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. FALTA DE EXIBIÇÃO AO FISCO QUANDO INTIMADO. MULTA. O autuado está obrigado, nos termos dos incisos VII e VIII do artigo 34 da Lei nº 7.014/96, a manter os documentos fiscais no estabelecimento, à disposição do Fisco, durante 5 anos, se outro prazo não for previsto na legislação tributária, bem como também está obrigado a exibi-los, ou a entregá-los ao Fisco, quando regularmente intimado. Infração caracterizada. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata o presente de análise de Recurso Voluntário apresentado contra a Decisão da 3ª JJF referente ao Acórdão nº 0270-03/08 que julgou Procedente o Auto de Infração em tela, lavrado em 26/06/2008 e aplicando penalidade no valor de R\$920,00 em razão do descumprimento da obrigação acessória de exibição dos livros e documentos fiscais por contribuinte ao Fisco, quando intimado. Consta, na descrição dos fatos, que o autuado foi regularmente intimado em 05 de junho e em 10 de julho de 2008, conforme intimações anexadas às fls.04 e 05.

Relatório da ilustre JJF aborda inicialmente a preliminar de nulidade suscitada pelo autuado, pois visto encontrarem-se no processo a identificação do sujeito passivo, o montante e os fatos geradores do débito exigido, e desta forma foi assegurado ao contribuinte o direito à ampla defesa, exercido tempestivamente.

Quanto à alegada irregularidade da ação fiscal por inexistência de Ordem de Serviço determinando o início da presente ação fiscal, observa o ilustre julgador que a emissão da mesma é procedimento administrativo que segue as regras definidas no âmbito interno da SEFAZ, não se constituindo em elemento obrigatório na composição de um processo administrativo fiscal.

E o procedimento foi corretamente iniciado, nos termos do inciso II do artigo 127 do Código Tributário do Estado da Bahia - COTEB intimando por escrito o contribuinte, para exibição de elementos solicitados pela Fiscalização.

Indicam que outros Autos de Infração lavrados contra a mesma empresa, cujas cópias foram trazidas ao processo às fls. 15 a 19, estes tratam de infrações diversas da atual, e não se confundem com o procedimento ora em discussão, restando ao contribuinte caso queira, no exercício de seu direito de ampla defesa, contestá-las em processos próprios, de cujo desfecho independe o atual.

Apontam que a comentada denúncia à Corregedoria da SEFAZ relativa a este PAF, assim como a alegada perseguição realizada pelo Fisco, são assuntos que não guardam relação qualquer com este CONSEF, portanto não podendo ser apreciados.

Passando ao mérito, destacam que o Auto de Infração em lide aplica penalidade no valor de R\$920,00 em razão do descumprimento, em dois momentos distintos, da obrigação acessória de exibição ao Fisco dos livros e documentos fiscais, quando regularmente intimado em 05 de junho de 2008, e em 10/06/2008, conforme cópias às fls. 04 e 05. Divergindo da afirmação do contribuinte, referidas intimações comprovam que o Fisco intimou, em duas datas diferentes, a apresentar as mesmas notas fiscais e Documentos de Arrecadação Estadual –DAEs relativos ao exercício de

2007, e não livros fiscais.

Estando o autuado, independentemente de sua condição de microempresa, obrigado a manter os documentos fiscais no estabelecimento, à disposição do Fisco, durante 5 anos, se outro prazo não for previsto na legislação tributária, para fins de exibição ou entrega ao Fisco quando regularmente intimado, e tal obrigação de entrega foi descumprida, nos termos dos incisos VII e VIII do artigo 34 da Lei nº 7.014/96,. Concordam com a autuante que de conformidade com o artigo 934, caput e § 1º, do RICMS/BA, a fiscalização deverá ser exercida sobre todas as pessoas físicas ou jurídicas que, de acordo com a legislação, sejam consideradas sujeitos passivos da obrigação tributária, as quais não poderão deixar de exhibir à fiscalização os papéis e os documentos de sua escrituração.

Assinalam os ilustre julgadores que à fl. 12 dos autos, o autuado declara *“que não havia Notas Fiscais a apresentar isto porque, a empresa estava paralisada há mais de 03 anos (...), assim não há o que apresentar, pois não existem notas nem livros escriturados.”*, o que se configura como confissão do não atendimento da intimação objeto desta lide.

E, se fosse o caso da empresa não possuir os documentos solicitados, caberia ao sujeito passivo formalizar esta situação perante a Fiscalização e, não, apenas deixar de cumprir o quanto lhe foi solicitado pelos agentes fiscais, no exercício de seu dever funcional.

Dizem ainda os srs. Julgadores, inexistir previsão legal para que tal fato exima o contribuinte da obrigação acessória de atender às intimações a si dirigidas, no curso de ação fiscal.

Considerando caracterizada a infração e corretamente aplicada a multa no valor de R\$920,00 prevista no inciso XX, alínea “b”, do artigo 42 da Lei nº 7.014/96, manifestam-se os i. julgadores pela procedência do Auto de Infração em comento.

Em seu Recurso Voluntário o recorrente diz apresentar fatos e fundamentos de direito não apreciados no julgamento, tendentes a modificar a decisão, à luz do que dispõe o Art. 169 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto nº 7.269/99, bem como do Art. 144, da Lei nº 3.956/81 – Código Tributário do Estado da Bahia – COTEB.

Alega suceder que a exigência de apresentação de notas fiscais que não existem, e da escrituração fiscal não obrigada pela legislação, não resultam em descumprimento de obrigação acessória.

Concluem do quanto esposado, ser lícito esperar pela procedência do presente Recurso Voluntário para declarar nula a infração 1.

Parecer da PGE/PROFIS versa acerca do recorrente ter sequer contestado não ter apresentado os documentos fiscais por duas vezes intimada a fazê-lo, o que gerou a lavratura do Auto de Infração em tela.

Observa o ilustre procurador não ter ficado, por parte da Decisão, qualquer item sem a devida análise, portanto o julgamento do eminente relator não merece qualquer reparo.

Reprisa o ilustre procurador que, se a empresa não possuísse os documentos solicitados, caberia documentar essa situação junto à fiscalização, e não apenas deixar de cumprir o quanto solicitado pelos agentes do fisco.

Realça que ao longo de suas manifestações, há insistência na mesma tese apresentada quando da impugnação inicial.

Não vislumbrando a presença de outros elementos e argumentos que pudessem modificar o julgado de 1ª Instância, opina o ilustre procurador Dr. João Sampaio Rego Neto, pelo Não Provimento do Recurso Voluntário apresentado.

VOTO

O lançamento de ofício ao qual se interpôs o presente Recurso Voluntário, ocorreu pelo não atendimento de intimação para apresentação das notas fiscais de entradas e os respectivos DAES de antecipação parcial do exercício de 2007.

O Auto de Infração em lide aplica penalidade no valor de R\$920,00 (incisos XX, alínea “b”, do artigo 42 da Lei nº 7.014/96), em razão do descumprimento, em duas ocasiões distintas, da obrigação de exibição ao Fisco dos livros e documentos fiscais, e o recorrente foi regularmente intimado em 05 de junho de 2008, e em 10/06/2008, conforme cópias às fls. 04 e 05. Estas intimações confirmam que nessas datas diferentes o FISCO procurou fossem apresentadas notas fiscais e Documentos de Arrecadação Estadual –DAEs relativos ao exercício de 2007, e não livros fiscais, a que o recorrente estava desobrigado manter.

Após autuação pelo Trânsito de Mercadorias, verificou-se não constar a arrecadação da empresa relativa ao ICMS, e os dados do SINTEGRA, revelaram que o contribuinte efetuou diversas aquisições de fora do Estado.

A primeira intimação para apresentação desses documentos fiscais, ocorreu 05 de junho de 2008, e a segunda fora entregue em 10 de junho de 2008.

Para a terceira intimação, datada de 25 de junho de 2008, o sócio, Sr. Derivan Manoel do Nascimento, se recusou a assiná-la justificando estar orientado a assim proceder, restando ao Fisco encaminhar a intimação via Correios.

No dia seguinte, 26 de junho de 2008, foi lavrado o Auto de Infração em análise.

Alega o recorrente que a empresa estava paralisada há mais de três anos, não havendo o que apresentar e que a inexistência de notas fiscais e de livros escriturados decorre em razão de ser Microempresa, estando, portanto, desobrigada com referência aos mesmos.

Vejo tratar-se de empresa cadastrada na SEFAZ, sem recolhimentos quaisquer nos exercícios de 2007 e 2008, contrariamente às informações geradas pelo sistema SINTEGRA o qual informa a existência de várias notas fiscais de entradas de mercadorias.

Da mesma sorte, vejo que ficou impossibilitada a fiscalização de cumprir sua tarefa pelo não atendimento às repetidas intimações. Os autos dão conta que o recorrente, apesar de regularmente inscrito, vem operando sem emitir documentos fiscais, e a forma verbal, oficiosa, de explicar ao inspetor fazendário da inatividade da mesma há três anos, não tem o condão de comprovar atendimento a qualquer das intimações promovidas.

Destaco que, conforme preceitua o artigo 934, caput e § 1º, do RICMS/BA, a fiscalização deverá ser exercida sobre todas as pessoas físicas ou jurídicas as quais, de acordo com a legislação sejam consideradas passivas da obrigação tributária, e estas não poderão deixar de exibir à fiscalização os papéis e os documentos de sua escrituração, sob pena de submissão à infração formal por descumprimento de obrigação acessória, como restou observado nos presentes autos.

Do exposto, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário apresentado.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **0938331051/08**, lavrado contra **GILVAN MÁRMORES E GRANITOS LTDA. (GILVAN MÁRMORES)**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$920,00**, prevista no inciso XX, alínea “b”, do artigo 42 da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios de acordo com o previsto pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 26 de maio de 2009.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

OSWALDO IGNÁCIO AMADOR - RELATOR

JOSÉ AUGUSTO MARTINS JÚNIOR - REPR. DA PGE/PROFIS